



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**RESOLUÇÃO/PRESI/SECOI 19 DE 25 DE SETEMBRO DE 2012.**

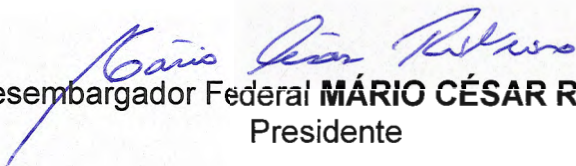
Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar, *ad referendum* do Conselho de Administração, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exigido pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, referente ao 2º quadrimestre de 2012, na forma do Anexo, bem como autorizar sua publicação no Diário Oficial da União e na *internet*, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida Lei.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

  
Desembargador Federal **MÁRIO CÉSAR RIBEIRO**  
Presidente

**ANEXO**

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO DE 2011 A AGOSTO DE 2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")  
 R\$ Milhares

	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a)+(b)
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>			
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.552.956</b>	<b>3.516</b>	<b>1.556.472</b>
Pessoal Ativo	1.338.570	2.925	1.341.495
Pessoal Inativo e Pensionistas	214.386	591	214.977
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
<b>(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	<b>209.808</b>	<b>880</b>	<b>210.688</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	385	67	452
Decorrentes de Decisão Judicial	391	0	391
Despesas de Exercícios Anteriores	4.908	657	5.565
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	204.124	156	204.280
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>1.343.148</b>	<b>2.636</b>	<b>1.345.784</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>			<b>600.187.795</b>
<b>% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III) / (IV) x 100]</b>	<b>0,223788%</b>	<b>0,000439%</b>	<b>0,224227%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>0,458245%</b>		<b>2.750.331</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b>	<b>0,435333%</b>		<b>2.612.814</b>

Fonte: Siafi Gerencial, Resolução CJF 1/2012 e Portaria STN 544/2012.

**Notas:** Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:


- a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

  
 IONICE DE PAULA RIBEIRO

Diretora da Secretaria de Controle Interno

  
 CARLOS FREDERICO MAIA BEZERRA

Diretor da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro

  
 ROBERTO ELIAS CAVALCANTE

Diretor-Geral